

A difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor: o papel das cooperativas agropecuárias*

Diffusion of agrochemicals as a benefic technology to the farmer: the role of agricultural cooperatives

Elisandra Forneck**

João Klug***

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor (caso fosse bem utilizada) e o papel das cooperativas agropecuárias nesse processo. Cooperativas que receberam apoio do Estado para difundir a modernização agrícola e são importantes parceiras comerciais de multinacionais que distribuem os agrotóxicos no Brasil. O foco será dado a uma análise de caso da Cooperalfa – maior cooperativa agropecuária de Santa Catarina, que implantou um projeto de “combate ao mau uso de agrotóxicos” na metade da década de 1990.

Palavras Chave: Agrotóxicos, Cooperativas, Meio Ambiente, Modernização Agrícola

Abstract: This article aims analyze the diffusion of agrochemicals as a benefic technology to farmers (if well used) and the role of agricultural cooperatives in this process. Cooperatives that received state support for agricultural modernization and are important trading partners of multinationals that distribute agrochemicals in Brazil. The focus will be given to an analysis of the case of Cooperalfa - largest agricultural cooperative in Santa Catarina state, which implemented, in the mid-1990s, a project "fight against misuse of agrochemicals".

Keywords: Agrochemicals, Cooperatives, Environment, Agricultural Modernization

* Este artigo é parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Elisandra Forneck, intitulada “Formar um novo sujeito: educação técnica e cooperativa na Cooperalfa (1977-1996)”, defendida em 2015, orientada pelo Pr. Dr. João Klug e coorientada pela Profa.Dra. Eunice Nodari. A pesquisa recebeu bolsa pesquisa UNIEDU.

** Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, atua como historiadora e pesquisadora no Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito-CEMAC. Contato: eliforneck@gmail.com

*** Doutor em História, professor do Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina.

O século XX foi testemunha de uma revolução tecnológica nunca antes presenciada. Tanto para o bem quanto para o mal, as tecnologias revolucionaram a vida de comunidades no mundo inteiro. Para WHITE¹,

[...] no século XX, a tecnologia se tornou o receptáculo de nossas esperanças e nossos demônios. Boa parte da tecnologia que hoje condenamos foi uma vez portadora das esperanças para uma ligação mais próxima e íntima com a natureza. Com o passar do tempo, a mesma tecnologia transferiu-se de uma categoria para outra (WHITE, 2013, p.487).

Um dos grandes exemplos de tecnologias que foram vistas como a “salvação das lavouras” é hoje questionada por suas consequências ao meio ambiente: os agrotóxicos. Após a segunda Guerra Mundial, propagou-se em todo o mundo um modelo novo de agricultura. Empresas de armamentos e produtos químicos, para evitar falências, reformularam suas indústrias e seus processos industriais: quem antes fabricava tanques bélicos passou a fabricar máquinas e implementos agrícolas e em vez de gás mostarda, passou-se a fabricar agrotóxicos.

Com isso, se espalhou por toda a Europa e Estados Unidos um novo modelo de agricultura, chegando ao Brasil em torno da década de 1950, conhecida como “Revolução Verde”. Fomentada pelos Estados Unidos, AIA² e Fundação Rockefeller, e apoiada pelas políticas de desenvolvimento do regime militar brasileiro, o novo modelo agrícola expandiu sua fronteira para o Norte e Centro Oeste, transformando o Brasil num dos grandes celeiros mundiais de alimentos. Isso passou a atrair muitas empresas internacionais ligadas a indústria de commodities. O Brasil foi o local ideal que a maioria delas encontrou para ganhar fortunas, passando estas empresas a ser responsáveis também por grande parte da degradação ambiental de todo um ecossistema.

A Revolução Verde transformou o processo tradicional de produção agrícola, objetivando a produção extensiva de commodities agrícolas. O pacote agrícola criado para essa nova forma de produção

¹WHITE, Richard. Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?:trabalho e natureza. **TOPOI**, v.14, n.27, jul./dez.2013, p.472-491. http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi27/TOPOI_27_TRADUCAO.pdf

²American International Association For Economic And Social Development

inclui o uso intenso de agrotóxicos, com a finalidade de controlar pragas³ e ervas daninhas e aumentar a produtividade das lavouras.

O projeto desenvolvimentista brasileiro não poupou solos, nem água e muito menos as florestas. Nem mesmo após a primeira conferência mundial da ONU, que debateu as questões ambientais que se apresentavam, fizeram o governo brasileiro refletir sobre o tema. Muito pelo contrário. “A ideia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato do governo, e até da ditadura, e de extinção da natureza” (DEAN, 1996, p.281)⁴.

O II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento⁵, por exemplo, defendia que a agropecuária teria “contribuição muito significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial” (II PND, 1974 p.4). E para serem “braços” importantes do governo na execução das políticas de modernização, o Estado efetiva amplo “Apoio às formas de organização de produtores, especialmente cooperativas, objetivando ganhos de escala nas operações de compra e venda, assistência técnica e prestação de serviços”⁶ (II PND, 1974, p.29). Anterior ao II PND, durante o I Congresso Nacional de Agropecuária, em 1967, foram formuladas as diretrizes da Política Nacional da Produção Agropecuária, que também incluíam o estímulo ao cooperativismo como meta.

As Cooperativas de Produtores Rurais serão estimuladas pelo Poder Público a industrializar seus próprios produtos, de modo a elevar os rendimentos dos Cooperados e simplificar os problemas de Armazenamento, Conservação, Transporte e Comercialização da sua produção (CARTA DE BRASÍLIA, 1967, p.11⁷).

³Para Zanini “Quando você concentra alguma coisa, automaticamente você atrai pragas. A medida que você concentra uma população, você aumenta os problemas. Outra coisa, se tinha as áreas de escape, de mato, que não tem mais” (2015)

⁴DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

⁶http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

Acessado em 14/08/2015.

⁷CARTA DE BRASÍLIA. Ministério da Agricultura. Ed. Horizonte, Brasília, 1967.

Inserida nessa política, a Cooperalfa⁸ foi uma das cooperativas que recebeu incentivos fiscais e apoio técnico para implementar políticas agrícolas governamentais. Primeiramente na criação da cooperativa, em 1967, que foi encabeçada pelo Banco do Brasil, com o objetivo de organizar o processo produtivo, principalmente na hora da entrega da produção e distribuição de crédito rural. Nos primeiros anos, vários funcionários do banco e da ACARESC⁹ atuavam intensamente dentro da cooperativa com funções de apoio técnico, jurídico e contábil, até o fortalecimento da cooperativa. Nos anos seguintes, recebeu intenso apoio para construção de estruturas de armazenagem, financiamentos a juros baixos e prazos longos, além de incentivos fiscais para ser disseminadora de novas tecnologias na agropecuária da região onde atuava. A cooperativa era um instrumento governamental que fazia chegar aos pequenos agricultores novas técnicas e tecnologias, fazendo todo um trabalho de convencimento junto aos seus associados. Sua atuação se intensificou tanto, que muitos comerciantes fecharam seus comércios e a cooperativa passou a ser principal referência comercial da região oeste.

Mendonça aponta que a intervenção do Estado no cooperativismo, especialmente a partir da década de 1930, se caracteriza como um processo de “cooperativização agrícola do Estado Brasileiro” (MENDONÇA, 2002¹⁰). Para a autora, o apoio a criação de cooperativas agrícolas e a construção da relação Estado/Cooperativa,

[...] pode ser percebida não só como instrumento de subordinação da suposta pequena produção aos ditames da acumulação capitalista, mas também como uma estratégia alternativa para o controle social e políticos dos agentes sociais em volvidos na produção agrícola por parte do Estado, sem a necessária mediação dos donos da terra (MENDONÇA, 2002, p.21).

⁸ A Cooperativa Agroindustrial Alfa – Cooperalfa tem sede na cidade de Chapecó, oeste de Santa Catarina. Foi fundada em 1967, atua em 62 municípios de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso; possui 17 mil famílias associadas; em torno de 3 mil colaboradores, faturamento mais de 2 bilhões de reais, 75% dos associados trabalham com agricultura família. É a maior cooperativa agropecuária de Santa Catarina.

⁹ Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

¹⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro** (1910-1945). Niterói: EDUFF, 2002.

O apoio do Estado ao processo de modernização com o intuito de constituir uma “nova agricultura”, foi primordial para o aumento do uso de agrotóxicos, considerados uma das mais importantes tecnologias do “pacote” da Revolução Verde. Eles prometiam o fim das pragas e aumento de produtividade dos solos que se desgastavam com o desmatamento e uso intensivo. As pesquisas de Wright¹¹ sobre o processo de modernização agrícola no México a partir da década de 1940 mostram que a trajetória da agricultura do século XX no México foi marcada pela degradação dos solos e uso de pesticidas sintéticos. O México, em acordo com o governo americano e a Fundação Rockefeller, elaboraram um programa de pesquisa agrícola que ficou conhecido no mundo todo como Revolução Verde. “A irrigação de “novas terras” e o uso de pesticidas tornaria possível criar uma nova classe de empresários agrícolas que administraria as dimensões do crescimento agrícola do país” (WRIGHT, 2012, p.161).

No Brasil não foi diferente. Os maiores beneficiados desse processo foram os grandes produtores, ou os melhor capitalizados, que poderiam atender mais rapidamente ao projeto de modernização. Uma classe agrícola que governava há muito tempo, mas que com a modernização fortaleceu seu poder e sua influência sobre o destino da nação. Mas os pequenos agricultores não foram deixados de lado totalmente: vários projetos de nível nacional e estadual tiveram foco nas pequenas e médias propriedades, objetivando inserir também esses produtores no novo modelo agrícola. No caso de Santa Catarina, a ACARESC fomentou esse projeto, levando crédito farto e orientação técnica a todo o Estado, com o objetivo de promover um aumento de produtividade dos agricultores. “Todo o discurso de valorização da tecnologia e de seus supostos efeitos para a superação do atraso do agricultor foi construído, ressaltando a autoridade dos técnicos” (LOHN, 2008, p.12)¹². Para o autor, a Acaresc

¹¹WRIGHT, Angus. Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX. **Topoi**, v.13, n.24, jan.-jun.2012, p.136-161. <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00136.pdf>

¹² LOHN, Reinaldo Lindolfo. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). Dossiê Campo e Cidade. **Espaço Plural**, Ano IX, Nº 18, 1º Semestre 2008.

[...] angariou apoios na estrutura governamental, oferecendo em troca todo um potencial de influência social proporcionado pela sua capilaridade no interior do Estado, atingindo praticamente todos os municípios, algo que poderia ser revertido para beneficiar de várias maneiras aos governantes, principalmente em relação ao que podemos chamar de gestão da população no campo. Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural, procuravam estabelecer uma nova ordem social (LOHN, 2008, p.13).

O apoio a modernização agrícola e expansão do cooperativismo tinha como um dos objetivos principais difundir o novo modelo produtivo norte americano. A exaltação e incentivo ao uso de agroquímicos foi uma das ações da extensão rural, que em seus discursos justificava que eram técnicas necessárias para combater a baixa produtividade dos solos catarinenses, provocada pelo uso humano intensivo e em favor de uma agricultura moderna.

Pode-se inferir que a ação da extensão rural no Estado contribuiu significativamente para o aumento tão brutal do uso de agrotóxicos, comparativamente ao Censo de 1950. É importante mencionar também que, pela primeira vez nos censos agropecuários do IBGE, o termo "defensivo" é utilizado (IBGE, 1975, p. 26), posteriormente substituído por agrotóxico, apesar de continuar sendo utilizado até hoje pela Indústria do setor ou por seus defensores (CARVALHO *et. al.* 2009¹³).

O que se desenhava naquele momento, década de 1960 e 1970, era uma grande dependência externa tanto de adubos, corretivos e agrotóxicos. No mercado desses produtos, o capital externo tinha uma hegemonia quase total da venda no Brasil,

¹³CARVALHO, M.M.X.; NODARI, E. S.; O avanço do uso de agrotóxicos e das intoxicações humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, p.2762-2766, 2009.

[...] responsabilizando-se por cerca de 80-90% da sua produção. Em 1975 foi aprovado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, visando incentivar a produção nacional e suprir a demanda interna de defensivos. Segundo esse Programa, a contribuição nacional crescia de 22% em 1974 para quase 50% em 1980, e dele participariam tanto o capital externo, quanto o privado nacional e o estatal. Das 24 principais empresas vinculadas à produção de produtos químicos para a agricultura em 1979, havia cerca de 20 com controle acionário estrangeiro (11 norte-americanas, três alemãs, duas suíças, duas japonesas), uma com controle acionário estatal e cerca de três com controle acionário do capital privado nacional (CORADINI, 1982, p.37)¹⁴.

A preocupação com a dependência externa em relação a maioria dos produtos se baseava no aumento do consumo. Segundo Coradini, a segunda metade do século XX demonstrou um grande crescimento no consumo de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes. Conforme Mazoyer e Roudart, no início de século XX, o consumo mundial do “nitrogênio (N), o ácido fosfórico (P2O5) e o potássio (K20) – não alcançava 4 milhões de toneladas de unidades fertilizantes; em 1950, esse consumo ultrapassava pouco mais de 17 milhões de toneladas e, ao final dos anos 1980, saltou para 130 milhões de toneladas” (MAZOYER, ROUDART, 2010, p. 430)¹⁵. No Brasil,

Entre 1965 e 1974, o consumo aparente no Brasil aumentou em 581%. Durante esse período as regiões Norte e Nordeste mantiveram sua participação estagnada em cerca de 8/10% do consumo nacional, o Leste e o Centro-Oeste, conjuntamente, diminuíram sua participação relativa de 77% para 62%, enquanto a participação

¹⁴CORADINI, Odacir Luiz. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹⁵MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010.

do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), em boa medida como resultado do incremento da produção de trigo e soja, elevou-se de 13% para 30% do consumo, no período (CORADINI, 1982, p.37).

Em Santa Catarina, segundo Paulilo, que aponta dados do CEPA (1984), “entre 1960 e 1980, o uso de fertilizantes em todo o Estado, cresceu 3000%” (PAULILO, 1990, p.64-65)¹⁶. Sobre a venda de agrotóxicos, até a década de 1990 os dados são bem esparsos. Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, incluindo autorização de uso de vários produtos que estão proibidos em outros países. Conforme dados do IBGE, entre os anos de 2002 e 2011, o consumo de pesticidas saltou de 599,5 milhões de litros para 852,8 milhões. Desde a década de 1970, e mais intensivamente a partir da década de 1990, ONGs, órgãos de saúde e a população em geral vem denunciando casos de mortes por intoxicações, intoxicações agudas que causam doenças e contaminação do solo e da água pelo uso indiscriminado de agroquímicos da agricultura. “Entre 1977 e 2006 o consumo de agrotóxicos expandiu-se, em média, 10% ao ano, de forma que o Brasil esteve, desde meados dos 1970 até 2007, entre os seis maiores consumidores de agrotóxicos do mundo” (TERRA, 2008 apud TERRA e PELAEZ, 2009)¹⁷.

No Brasil, até a promulgação da Lei 7.802¹⁸, que ficou conhecida como Lei de Agrotóxicos, não havia nada de muito concreto em relação a regulamentação de uso, venda e prescrição de agrotóxicos. Essa lei é considerada uma das mais exigentes leis do tema no mundo, mas devido a pressões, teve várias portarias revogadas e simplificadas, principalmente no que concerne o registro de novos produtos.

¹⁶PAULILO, Maria Ignês S.. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria do Estado da Cultura e do esporte, 1990.

¹⁷TERRA, Fábio Henrique Bittes; PELAEZ, Victor . A História da Indústria de Agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Sober 47º Congresso - Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações, 2009. <http://www.sober.org.br/palestra/13/43.pdf>

¹⁸ <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/L7802.htm>

Em Santa Catarina, a primeira Lei Estadual de agrotóxicos foi criada em 1984¹⁹ e regulamentada em 1985. Naquele momento, seu artigo 10 já mencionava a proibição da venda e uso de vários agrotóxicos que até então eram usados livremente na agricultura.

Essa lei passou a atribuir a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento a orientação do uso correto dos agrotóxicos aos agricultores, pois até então, não havia regulamentação de quem deveria orientar o uso dos mesmos. Apesar dessa lei, um trabalho mais intenso passou a ser visualizado apenas com a regulamentação da lei nacional de agrotóxicos em 1989, a qual a Lei estadual ficou subordinada.

Conforme Carvalho (*et.al.*2009), a análise dos dados fornecidos pelo CIT (Centro de Informações Toxicológicas) de Santa Catarina no período de 1986 a 2008 demonstra o crescimento de intoxicações por agrotóxicos no estado. Em 1985, foram 22 casos de intoxicação registrados; em 2002, esse número já havia crescido para 822 pessoas contaminadas (entre as 822, houve 15 óbitos) (CARVALHO, *et.al.*, 2009)

Apesar das intoxicações, e de muitos defensores de uma agricultura livre de agrotóxicos, “na maioria das vezes considerava-se que apenas seria necessário tratar os agrotóxicos com mais seriedade, apostando que seria suficiente regulamentar e disseminar o “uso correto”” (CARVALHO, 2004)²⁰. Essa era a defesa de Casagrande, veterinário, gerente de assistência técnica da Cooperalfa, que coordenou o projeto de combate ao mau uso de agrotóxicos desenvolvido para os associados da Cooperalfa na metade da década de 1990.

Particularmente eu sempre fui adepto das tecnologias, então eu trabalhei muito em prol do uso adequado, porque eu sei que foi um momento que havia muitas controvérsias, de que não deveria-se usar porque isso ia prejudicar todas as lavouras, ia prejudicar as pessoas, então, havia essa corrente também que vendia essa ideia que isso seria só prejudicial, não teria benefícios. Nós tínhamos que trabalhar e trabalhar o conceito de que poderia vir a

¹⁹ LEI Nº 6.452, de 19 de novembro de 1984

²⁰CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: da revolução verde a agroecologia**. Florianópolis: UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. TCC.

ser prejudicial se nós não utilizássemos adequadamente (CASAGRANDA, 2015)²¹.

Esse foi o objetivo da campanha que a Cooperalfa criou em 1996, como analisaremos a seguir. As cooperativas, como parte do projeto de modernização da agricultura, também incentivaram o uso destes produtos para a melhoria da produtividade de seus associados.

Como em tantos outros casos, chegou o momento em que os associados da Cooperalfa passaram a sofrer os efeitos do uso inconsequente dos agroquímicos. Pressionada também por legislações estaduais e federais, a cooperativa, em 1996, lança um programa que visava orientar os associados para melhor uso desses produtos, sem prejuízos a saúde. Não era uma campanha para não uso dos “defensivos agrícolas”, apenas o combate ao mau uso, como os técnicos fazem questão de ressaltar, pois os consideravam tecnologias boas e necessárias para uma melhor produtividade no campo e modernização do campo.

“Amor a saúde, a natureza e aos lucros”: o projeto de combate ao mau uso de agrotóxicos da Cooperalfa

Uma das primeiras denúncias de repercussão mundial sobre o abuso de agrotóxicos no mundo foi a publicação em 1962 de “Primavera Silenciosa”, da bióloga norte-americana Rachel Carson. Essa publicação despertou uma consciência ambiental planetária que até então não havia sido conseguida.

No Brasil, na década de 1980 e 1990, vários jornais em todo o país veiculavam matérias sobre o uso de agrotóxicos e os danos ao meio ambiente e a saúde das pessoas. Isso ajudou a despertar a consciência da população para uma regulamentação do seu uso.

Em Santa Catarina, entre os cooperativistas circulavam os seguintes jornais: Jornal da Produção, editado pela OCESC- Organização das Cooperativas de Santa Catarina entre 1973 e 1980; Jornal O Agricultor, editado pela FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina entre 1980 e 1983 e o Jornal Elo Cooperativo, editado pela OCESC entre 1984 e 1993. Esses jornais

²¹CASAGRANDA, D. **Entrevista com Dilvo Casagranda** [10 de set. 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

publicavam algumas matérias sobre o tema, mas nada muito enfático. O Elo Cooperativo acabou dando mais destaque ao tema nos anos de 1984 e 1985, por ser um momento em que havia uma latente discussão no estado em relação a legislação estadual que estava sendo criada. Após este período, praticamente não publicou mais sobre o assunto.

No caso da Cooperalfa, em 1988 ela cria seu jornal: jornal da Cooperalfa²². Analisaremos aqui as publicações sobre o tema agrotóxicos que o jornal fará desde sua criação até 1996, quando a cooperativa organiza uma campanha para o combate ao mau uso de agrotóxicos. Eu sua segunda edição, em julho de 1988, publicou uma reportagem com o título “Aprenda a manusear agrotóxicos”, onde instruía os associados a lidarem com esses produtos com pouco risco de contaminação humana e ambiental. Orientava também para o agricultor “Enterrar as sobras dos defensivos para que os animais, alimentos ou água não sejam contaminados”. No caso das embalagens vazias, a indicação era de inutilizar e enterrar. “As de papel e papelão queimadas, e as cinzas enterradas” (JORNAL DA COOPERALFA, julho 1988). Como podemos visualizar, indicações que eram tidas como atitudes que poderiam diminuir contaminações, eram altamente nocivas a natureza, e no caso da queima das embalagens, perigoso inclusive para as pessoas.

Em dezembro de 1989, o jornal divulga texto sobre a publicação da Lei Nacional de Agrotóxicos e os pontos que passou a contemplar, mas sem fazer uma análise crítica do referido tema, não demonstrando posicionamento nem a favor, nem contra. Somente em 1992 é que o jornal volta a publicar sobre o tema. “Agricultores intoxicados em Marema” é o título da reportagem. O texto aponta que pesquisas da EPAGRI e Cooperalfa indicavam que haviam altos índices de intoxicação de agricultores em Marema, município onde a Cooperalfa atuava, e que fica a 50 quilômetros de Chapecó, matriz da cooperativa.

Com a participação da Unidade Sanitária de Marema, foram realizadas 225 testes de colinesterase, a partir da coleta de sangue dos agricultores. Os dados revelam que 11% estão gravemente intoxicados e urgentemente foram encaminhados para exame médico; 63,5% estão

²² Jornal da Cooperalfa é o primeiro nome que recebe. Anos mais tarde muda para O Cooperalfa, que permanece até hoje. É publicado mensalmente e tem uma tiragem de em média 14 mil exemplares.

com intoxicação média e 22,6% apresentam leve intoxicação. Apenas 3% não apresentaram intoxicações pelos produtos à base de carbamatos e fosforados (JORNAL DA COOPERALFA, agosto 1992).

Mas as intoxicações não foram apenas problema da década de 1990. Segundo um dos médicos do programa de saúde²³ da Cooperalfa, no início da década de 1980 já haviam casos de intoxicação, mas não eram conhecidos os sintomas como sendo consequência de agrotóxicos. Por isso, só anos depois os médicos chegaram à conclusão de que alguns problemas de saúde apresentados pelos associados na época estavam relacionados ao uso de agrotóxicos.

Naquela época, havia muita intoxicação crônica. O problema é que tinha muita gente, depois a gente foi analisando, que usava carbamatos e fosforados, que expõe os nervos. Porque o depósito desses agrotóxicos é nos nervos periféricos, tinha muita gente que tinha tremor digital e muita gente achava que era por causa do álcool, e era por causa da desmineralização. A queixa comum que as pessoas não associavam, ahhh, tô com as carnes doídas, meu corpo dói inteiro, era por causa do agrotóxico acumulado que a pessoas não se dá conta de que ele acumula. Xaxim, Xanxerê que se plantava fumo, era pior, onde tinha muita gente doente. Inclusive grandes suspeitas de hepatites químicas (MÉDICO I, 2013)²⁴.

A disseminação do crédito rural foi fundamental para aumentar o uso de agrotóxicos. Segundo Ferrari²⁵ “O Banco do Brasil, no início dos anos 70, tornou obrigatória a destinação de 15% do valor dos

²³ No início da década de 1980 a Cooperalfa criou um programa de saúde da família que prestava assistência médica aos seus associados. Maiores informações acessar a dissertação de mestrado de Thaís Titon de Souza em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96001/298721.pdf?sequence=1>

²⁴MÉDICO I. [08 de out. 2013.] Entrevistador: E. Forneck, Florianópolis. Acervo pessoal Elisandra Forneck

²⁵FERRARI, Antenor. **Agrotóxicos: a praga da dominação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

empréstimos de custeio para a aquisição de agrotóxicos” (1985, p.27). O autor aponta ainda que além do Banco do Brasil, outros órgãos apoiaram o uso de agrotóxicos.

Os órgãos de pesquisa, em seus trabalhos, adotaram como requisito fundamental a utilização de produtos químicos, o que contribuiu para revestir de “cientificidade” o que era tão somente propaganda e ideologia. O ensino agrônomo também foi reorientado para cumprir com a finalidade de formar profissionais ideologicamente comprometidos com a agricultura química (FERRARI, 1985, p.27).

Na Cooperalfa, a liberação do crédito para financiamento das lavouras seguia também essa regra, mas com a condição de que certo percentual do valor fosse gasto com insumos agrícolas em geral, não apenas agrotóxicos. A grande dependência em relação aos financiamentos para custear as lavouras fazia com o produtor investisse em agroquímicos, pois eles “garantiam” a produtividade e isso assegurava que o empréstimo pudesse ser pago. Mas também havia os associados que protestavam. Segundo Oliveira, que atuou na Cooperalfa no setor de comunicação e educação nos início da década de 1980, “Os agricultores reclamavam muito: se faço um financiamento na cooperativa, porque tenho que levar 15% de adubos se minha terra é boa?” (OLIVEIRA, 2012).

MENASCHE, ao falar da visão dos agricultores sobre uso de agrotóxico em famílias agricultoras em localidades do Rio Grande do Sul, relata que “A utilização de agrotóxicos na produção agrícola parece ser percebida por esses agricultores não apenas como necessária, mas como condição de viabilidade da atividade. Assim, “se não é prá passar veneno, não adianta nem plantar”” (MENASCHE, 2005, p.77²⁶). Também em seu estudo sobre os produtores de vinho da serra gaúcha, Santos demonstra que “[...] o herbicida desempenhou o papel de poupar

²⁶MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **MNEME**, V. 05. N. 11, jul./set. de 2004. <http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/221/204>

força de trabalho, pois, deixando limpo o solo debaixo da parreira por longo tempo, dispensa a lavragem e a capina” (SANTOS, 1978, p.58²⁷).

Ao ser questionado sobre a diminuição do trabalho com o uso de agrotóxicos, Correa, técnico que atua na Cooperalfa desde 1976, argumenta que “com a migração, não tendo mão de obra, tornou-se necessário. Não tem mão de obra, apareceu um paliativo, o agrotóxico. Em vez de pagar quatro cinco para me carpir a lavoura, usar o agrotóxico, é uma coisa bem conclusiva, uma coisa lógica, obvia dígamos”. O veterinário Zanini²⁸ defende a mesma posição de Correa.

O apelo a diminuição do trabalho influenciou muito no aumento do uso de agrotóxicos. Tudo isso veio para ajudar o produtor, aquela atividade com enxada não era fácil lidar, aqui a topografia não ajuda, a terra era arada a boi, que era um crime que se fazia, mas era a alternativa da época. Então se você conseguisse passar um produto que controlasse as plantas daninhas, as plantas invasoras, e não precisasse estar toda hora ali carpindo, isso vinha a somar muito, se ganhou tempo, se ganhou produtividade com isso. (ZANINI, 2015).

O agricultor do interior de Xaxim, Daniel Trentin, também aponta os agrotóxicos como facilitadores do trabalho braçal “Antes tinha que carpir tudo e não é fácil. Hoje faz 15, 18, 20 hectares num meio dia. O trigo levava vinte a trinta dias para colher 150 sacos, hoje com máquina leva meio dia. O veneno e a máquina ajudou bastante” (TRENTIN, 2015²⁹). Também Luzzi vê vantagens em relação à redução do trabalho, além do aumento da produtividade.

O uso dos defensivos veio ajudar, o uso de adubos e fertilizantes veio ajudar na produção. O defensivo ajuda porque você faz o trato da lavoura e depois

²⁷SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital**. Ed.Hucitec: São Paulo, 1978.

²⁸ZANINI, A. **Entrevista com Antônio Zanini** [08 de set. 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

²⁹TRENTIN, D. **Entrevista com Daniel Trentin** [24 de set. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Xaxim, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

vai fazer outro serviço enquanto naquele tempo você tinha que ir dias e dias fazendo a mesma coisa, carpir, lavar, bater de enxada, colocar o adubo no pé do milho, colocava ureia de punhadinho na planta (LUZZI, 2015³⁰).

Conforme Zanini, no início dos anos 1990 a EPAGRI alertava que “poderia haver muitos casos de mortes causadas por câncer ou outras doenças por mau uso de agrotóxicos. Mas nunca teve um estudo que comprovasse isso. Nossa preocupação era com a saúde do produtor” (ZANINI, 2015). Em nenhum momento se pensou em questionar o uso desses, como afirma Zanini, médico veterinário da Cooperalfa.

Começamos a fazer uma bateria de reuniões de conscientização principalmente para o agricultor se proteger, para ele usar corretamente. Em nenhum momento fomos contra os agrotóxicos. Desde aquela época tínhamos uma ideia de que o agrotóxico é uma ferramenta, não adianta ir contra, é uma coisa que vai ser utilizada, o produtor quer uma facilidade, em virtude da pouca mão de obra que existe. Se ele for bem conduzido, bem diluído, tendo os cuidados necessários, dá para conviver com o agrotóxico, e ter resultados nas suas safras (ZANINI, 2015).

Essa visão utilitária era também defendida por Casagranda, que via os agrotóxicos como uma das tecnologias que tinha vindo para facilitar a vida dos produtores. O projeto tinha a função de orientar o uso, “E essa era nossa principal meta, nossa principal busca, usar sim, mas usar de maneira adequada, dentro da recomendação técnica e usando equipamento de proteção individual” (CASAGRANDA, 2015).

A reportagem de capa junho de 1996 do jornal O Cooperalfa anunciava o início do projeto, citando que mais de uma dezena de empresas fornecedoras de defensivos agrícolas participariam do projeto. A reportagem citava que no mês de junho, a Cooperalfa planejava realizar 59 eventos, um encontro por filial. Demonstrava o jornal que

³⁰LUZZI, J. **Entrevista com José Luzzi**[23 de set. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

“Dois temas básicos serão expostos e debatidos nos encontros: Tecnologia de Aplicação de Herbicidas pré e pós emergentes, e prevenção de intoxicação através do Uso Adequado de Agrotóxicos” (O COOPERALFA, junho 1996). Segundo o Jornal, as empresas que participaram do projeto foram: Basf, Dow Agrociências, Bayer, Defesa, Agrevo, Sipcam, Monsanto, Ciba Geygi, Iara Bras, Herbitécnica, Cyanamid e Zêneca.

Para Casagranda, a participação dessas companhias foi fundamental. Segundo o veterinário, as empresas não haviam feito antes uma campanha porque “não se exigia essa demanda deles” e seu foco maior era comercializar. Além disso, “não vinham muito para nossa região porque era uma região com pequenas propriedades, então em termos de quantidades por unidade produtiva era muito diferente do que o Centro Oeste do Brasil e do Paraná, então não era foco aqui vir trabalhar muito” (CASAGRANDA, 2015). Quando essas empresas foram chamadas para participar, segundo Casagranda,

Elas não se omitiram. Todas que foram demandadas abraçaram a causa conosco, traziam profissionais gabaritados para nos auxiliar em termos de conhecimento, em termos de preparação da nossa equipe, para que nossa equipe tivesse mais amparada quando fosse a campo fazer o trabalho e muitas dessas companhias contribuíram até financeiramente para que o trabalho fluísse. Ajudando a cooperativa em termos de organização, em termos de custos, porque todo esse trabalho tinha custos, não era de graça. Os técnicos das empresas participavam conjunto com os técnicos da cooperativa nas reuniões (CASAGRANDA, 2015).

A partir das falas do veterinário, podemos perceber como a região tinha prioridade menor para as empresas vendedoras dos agrotóxicos, se comparada a outras regiões que consumiam mais seus produtos. Mas, por ser a Cooperalfa um bom cliente, não era interessante para as empresas que a “boa fama” de seus produtos fossem “jogados na lama”, caso passassem a haver muitos casos de intoxicação e de morte. Por isso, era de grande interesse deles investir em campanhas de prevenção, para que seus produtos continuassem e ser usados, e quem sabe, com uma

“boa explicação” sobre os efeitos dos produtos, poderiam aumentar as vendas (o que realmente aconteceu depois).

Em julho de 1996, o jornal apresentou os números dos encontros de junho, onde apontava que haviam participado três mil produtores (eram cerca de 10 mil associados naquele momento) de 23 municípios. No jornal de outubro do mesmo ano, o gerente de assistência técnica Dilvo Casagranda, um dos coordenadores do projeto, avaliou a participação como tendo sido baixa, em torno de 30% do quadro social. A reportagem alegava que havia uma preocupação com a crescente no consumo dos defensivos, pois

O volume de defensivos comercializados pela Cooperalfa dobrou nos últimos três anos e somente em 1995 foram utilizados cerca de 230 toneladas de defensivos. A previsão é que o consumo aumente nos próximos anos, principalmente com a utilização da técnica do plantio direto onde os defensivos são indispensáveis (O COOPERALFA, julho 1996).

E esses números só foram aumentando, principalmente com a ampla disseminação da técnica do plantio direto nos anos seguintes, como o próprio entrevistado cita, que diminuiu o problema da erosão do solo, que era considerado “a lepra da terra”, mas criou outro da mesma intensidade: a contaminação das pessoas e do meio com agrotóxicos. “Depende de cada propriedade, mas o uso de dessecantes realmente veio pesado com o plantio direto” (ZANINI, 2015). A matéria ainda apontava que “Em Santa Catarina 36% das embalagens são abandonadas nas lavouras e logo são arrastadas para os rios ou entram em contato com os animais, 9% são jogadas diretamente nos rios e 30% são enterradas ou queimadas” (O COOPERALFA, julho 1996).

A questão das embalagens dos agrotóxicos foi também bastante evidenciada na fala dos entrevistados. Segundo Zanini, “Cansamos de ver em rios aqui da região embalagens flutuando, ou quando não jogavam no rio, queimavam, alguns enterravam, mas sabe como é o plástico, demora muito tempo” (2015). O associado Roza fala que “As embalagens ficavam atiradas na roça, atirava na beirada da roça, a gente não sabia que não podia” (ROZA, 2015)³¹. O próprio Jornal da

³¹ROZA, A. F. da. **Entrevista com Athaydes Francisco da Roza**. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Guatambú. 03 de outubro de 2015.

Cooperalfa, como vimos anteriormente, orientava para que algumas embalagens fossem enterradas. Sobre a lavagem de máquinas nos rios, usadas para pulverizar os defensivos, De Paula afirma que “é possível que, dentre todas as práticas nocivas, esta seja a responsável pelos maiores danos ao ecossistema, pois seus prejuízos são avassaladores” (1998, p.143). Para a autora, além da contaminação direta, dos rios e fontes também sofrem com a contaminação indireta pelo vento que leva partículas de agrotóxicos no momento em que estão sendo pulverizados. Ademais, “os agrotóxicos também passam pelo mesmo processo dos fertilizantes. São levados, por escoamento, para os rios, lagos e lençóis freáticos, acabando por contaminá-los e por alterar os ecossistemas. Os agrotóxicos de potencial mais duradouro são os responsáveis pelos maiores danos” (DE PAULA, 1998, p.146)³².

Além do descarte incorreto no meio ambiente, Casagrande aponta que uma problemática grave era o reaproveitamento de embalagens pelos agricultores. “Era muito chato às vezes você chegar na propriedade e ver que o produtor estava carregando água para animais ou, às vezes, até para a residência para utilização dentro de embalagens de agrotóxicos. Ah...mas eu lavei bem” (2015). Zanini confirma, afirmando que “O produtor gostava de reaproveitar estas embalagens, eles lavavam e muitos aproveitavam, desde colocar leite dentro destas embalagens, colocavam frutas, tudo que servia” (ZANINI, 2015). Outra questão apontada na pesquisa foi o armazenamento incorreto dos agroquímicos. “O produtor colocava em qualquer canto da propriedade, e às vezes até guardava dentro de casa, tinha um produto às vezes de valor mais elevado, então se passou por essas situações” (CASAGRANDE, 2015).

O não uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual)³³ se tornou um dos focos desse projeto, conforme podemos notar na fala de Casagrande. “Por onde se passava se via associados, agricultores, utilizando a maquininha de pulverização sem sequer uma roupa adequada, muitas vezes de chinelo, sem máscara, sem proteção alguma” (2015).

³²DE PAULA, Zuleide Casagrande. O Campo da Vida O campo da Morte: uma leitura da agricultura no município de Maringá na década de 80. **Revista de História Regional** 3(2), 139-156, Inverno 1998.

³³O EPI para ser usado no manuseio de agrotóxicos geralmente se caracteriza pelas seguintes peças: calça, blusa de manga comprida, boné com aba até o ombro (esses três de tecido impermeável), máscara, óculos, luva, avental e botas.

A necessidade de uso dos EPIS, segundo os técnicos, era visto pelos associados como algo desnecessário. Zanini lembra que, em uma das idas para um atendimento na casa de um associado “[...] o agrônomo que estava comigo parou de supetão e disse: tenho que fotografar isso. Era um produtor que estava passando herbicida com trator, mas estava todo vestido com EPIs. Isso poucos produtores usavam, ninguém dava tanta importância para essas coisas” (ZANINI, 2015). Lembra ainda uma ocasião em que o produtor passava agrotóxico sem proteção. “Um dia fui atender um produtor sobre um problema veterinário, e ele chegou da roça sem camisa, todo molhado do herbicida. Falei para ele, vai tomar um banho que depois conversamos. Ele me disse: isso é bobagem, não é necessário” (ZANINI, 2015).

Neste exemplo e em outros que estamos analisando, podemos perceber que virou prática culpar o agricultor pelo uso incorreto dos agrotóxicos. “O problema dos agrotóxicos passa a ser, então, o próprio trabalhador. A indústria delega o problema ao trabalhador, que por sua vez é levado a crer nesta mentira, e agrava a situação assumindo que ‘ele mesmo’ é o problema” (PERES E ROZEMBERG, 2003, p.346)³⁴.

Conforme Casagrande, essa primeira etapa do trabalho, que foi mais de conscientização sobre o correto uso dos defensivos, foi um “trabalho árduo, por ser

[...] algo que você não vislumbra imediatamente o efeito nocivo disso. Eu sempre dizia, quando você vê uma cobra, você fica logo com medo. Ou você sai de perto ou sai para matar ela, porque você sabe que é algo perigoso e que se ela te picar você vai ter problemas. O defensivo agrícola não é dessa maneira, ele é cumulativo, não te causa efeitos imediatos (CASAGRANDA, 2015).

A cobra era usada como exemplo, pois na região havia muitos casos de morte devido a sua picada. Aponta Correa que “as pessoas tinham mais medo de cobra do que de agrotóxico” (CORREA, 2015) Para reforçar esse conceito do perigo do agrotóxico mal utilizado, com

³⁴PERES, Frederico; ROZEMBERG, Brani. É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos. In PERES, Frederico (org.) **É veneno ou é remédio? agrotóxicos, saúde e ambiente**. Frederico Peres. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

intuito de mexer no ponto fraco dos produtores, os técnicos argumentavam o seguinte. “Quando o cara abrisse a embalagem tinha que vir uma cobra dentro. Porque se tivesse uma cobra dentro, a cobra pica e você morre rapidinho. O agrotóxico não, ele te mata lentamente. Então se tivesse uma cobra lá dentro ele teria todo o cuidado, já não ia ser tão desleixado de derramar” (ZANINI, 2015).

Depois desta primeira etapa, que se focou mais na conscientização, o momento seguinte foi em novembro de 1996, onde foram realizadas 200 palestras com os associados. Segundo o jornal de novembro, “Esta etapa constitui-se da aplicação dos conhecimentos dos técnicos com o quadro social da Cooperalfa. As reuniões são práticas demonstrativas nas comunidades” (O COOPERALFA, novembro de 1996). O tema de agroquímicos foi novamente assunto de capa, como podemos ver na Figura 01. Além disso, foi usado na capa o termo defensivos agrícolas, diferente da primeira etapa, quando era usado o termo agrotóxicos.

Figura 01: Jornal O Cooperalfa. Novembro 1996.



Fonte: Acervo CEMAC

Ao ser questionado sobre o que idealizavam alcançar com o título da capa, Casagranda argumenta.

Da forma como estava sendo utilizada, nós estávamos colocando em risco nosso quadro social, nossos produtores, então vinha em primeiro lugar amor a saúde, nós precisávamos que isso fosse o conceito fundamental. Os lucros viriam sim, porque a doção de tecnologias e uma tecnologia que trouxe benefícios, certamente trazia resultados para a propriedade. Acho que foi uma forma de tentar expressar de que poderíamos usar sim, que traria resultados sim, mas não poderíamos esquecer de colocar em primeiro lugar o que: a questão da saúde das pessoas (CASAGRANDA, 2015).

Nesta edição, além da capa, o editorial foi dedicado ao tema. Com o título “Um pouco mais de amor próprio”, o texto argumentava que os associados deveriam ter mais cuidado com a saúde e o meio, mas também acusava algumas companhias de apenas terem “ação mercantilista”. “É inadmissível, nos tempos atuais, que qualquer ação mercantilista seja desconectada de uma visão e práticas conservacionistas”. A matéria começa colocando que “Seja pelo incremento da prática do Plantio Direto, pela publicidade massiva, pelo resultado econômico auferido, ou por todas essas razões juntas, o consumo de defensivos agrícolas cresce vertiginosamente na área de ação da Cooperalfa, diga-se de passagem, cerca de 90% das propriedades possuem entre 10 e 15 hectares” (O COOPERALFA, novembro 1996). O jornal continua sua argumentação sobre o uso dos defensivos, acusando nesse momento, o produtor.

A lei do menor esforço, aliada ao menor custo da mão-de-obra, e a rapidez com que as pragas e os insetos são banidos das lavouras, encontra nos agroquímicos uma ajuda infalível. Mas, esse ato, de despejar centenas de milhares de litros de defensivos sobre as culturas a cada ano, merece uma reflexão que ultrapassa os limites do simples desejo de baixar o custo de produção, conseguido as vezes as cegas (O COOPERALFA, novembro 1996).

Na afirmativa seguinte, a acusação volta-se para as empresas, que são apontadas como aproveitadoras do pouco estudo da maioria dos

agricultores, deixando rótulos difíceis de serem lidos e compreendidos. “É de se supor que índice de leitura, compreensão e obediência às normas e orientações escondidas nas pequenas e quase ilegíveis letras dos rótulos de venenos, estejam bem abaixo do ideal”. O jornal aponta que “as consequências para a saúde, para a natureza e para o bolso”, geralmente são trágicas, e que os estragos sócio-ambientais da má utilização que estes produtos podem acarretar advém da falta de informação. Um estudo realizado por Bohner *et al* (2013)³⁵ em Chapecó, com uma amostra de 30 agricultores, avaliou o nível de conhecimento dos participantes sobre a utilização de agrotóxicos. A pesquisa constatou que apenas 36,7% compreendem totalmente as tarjas dos rótulos e somente 20% entendem os desenhos (p.334). Dos 83,3% agricultores que leem a bula dos agrotóxicos, apenas 30% compreendem todas as informações e 54% as seguem (BOHNER *et al* , 2013, p.333).

O agrotóxico, que passou a ser denominado como “uma das tecnologias ao alcance do produtor”, constitui-se um dos principais componentes do pacote técnico/científico que revolucionou a agricultura. Era “a ciência a serviço da vida, combatendo a fome e a pobreza”. Essa mesma ciência que ganhou na mídia e na sociedade em geral, um *status* de conferir verdade e credibilidade a produtos diversos. “[...] a ciência passa a se caracterizar como manipuladora da realidade, capaz de construir uma série de ‘necessidades’ que só tem um único fundamento: a razão mercadológica e a produção de capital para a indústria/anunciante” (PERES E ROZEMBERG, 2003, p.340). Para o associado Schneider, venenos são fundamentais no combate a fome.

Se pudesse produzir sem o veneno seria melhor, mas do outro lado da moeda, se o povo brasileiro entender que se tocar de voltar a carpir e plantar de saraquá que nem antigamente, sem veneno, São Paulo morre de fome, e já consegue também Chapecó passar fome. São Paulo, Rio, Curitiba vai passar fome, dentro de um ano morrem de fome. Não tem o que fazer. Mas Chapecó não digo que morra, mas passa fome, de tão difícil que é produzir

³⁵BOHNER, Tanny Oliveira Lima; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso; NISHIJIMA, Toshio. O Impacto Ambiental do Uso de Agrotóxicos no Meio Ambiente e na Saúde dos Trabalhadores Rurais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Vol.8, 2013. p.329-341.

sem veneno. Há setenta anos funcionou bem, porque tinha menos gente, mas hoje em dia [...] Não tem condição, para dar de comer para o mundo, tem que ser assim (SCHNEIDER, 2016) ³⁶.

Como parte da estratégia de convencimento do uso dos agrotóxicos, as empresas alegam inclusive que o não uso da tecnologia dos agrotóxicos, advinda de muita pesquisa e de ciência aplicada em laboratórios “moderníssimos”, faria aumentar a necessidade de mais áreas a serem cultivadas, o que provocaria um aumento dos desmatamentos. Esse discurso passou a ser utilizado num momento em que havia uma grande pressão da mídia sobre a diminuição das coberturas florestais em todo o mundo. “Com os defensivos, você pode produzir mais em menos espaço, contribuindo para a preservação das florestas”, era uma fala recorrente nas falas das empresas e dos técnicos.

Como consideração final ao que foi atingido com o projeto, a reportagem de novembro de 1996 indica que o objetivo foi alcançado, citando a boa participação das empresas fornecedoras de agroquímicos, dos técnicos e dos associados.

Foi um gigantesco esforço da equipe técnica que, apesar dos demais programas que conduz, arranjou tempo, ânimo, espírito e informações atualizadas para mais essa notável missão, que não foi somente econômica, mas, sobretudo, social. Empresas parceiras da Cooperalfa e que fornecem defensivos também se embrenharam no projeto, merecendo o respectivo louvor. Mas, se existe alguém para ser lembrado e engrandecido nessa empreitada do saber, esse personagem é o associado que ativamente colocou novamente a memória e as mãos a serviço do amor próprio, a serviço das gerações futuras (O COOPERALFA, novembro 1996).

³⁶SCHNEIDER, A.S. **Entrevista com Antônio Sebastião Schneider** [16 de jan. de 2016] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

Na fala percebemos um discurso quase “missionário” do trabalho técnico e a construção de um conceito de “trabalho social” para o projeto. Casagrande demonstra que os objetivos foram alcançados no que condiz a conscientização de um uso mais racional da tecnologia.

Depois deste projeto de um ano, que foi realizado em duas etapas, nos anos seguintes não foi mais realizado nenhum trabalho desse porte e com esta abrangência específica, de orientação de uso correto e proteção. O CDA³⁷ é um local onde essas orientações passaram a ser repassadas. Com um estande específico sobre questões de proteção individual e do meio ambiente, o tema mais recorrente nos últimos anos é a obrigatoriedade da recolha de embalagens de todos os defensivos agrícolas e também das embalagens de uso veterinário. A maioria dos técnicos defende que há uma consciência maior e que a maioria se protege com roupas e equipamentos específicos. Ainda assim, há aqueles que defendem que mais campanhas deveriam ser feitas, pois “Essa questão é que nem cooperativismo, tem que falar todo dia, senão vai ficando. Hábito você sabe que não é de hoje para amanhã” (CORREA, 2015). Apesar da afirmação de que hoje há maior consciência, Trentin afirma que hoje se cuida menos que há alguns anos.

Naquela época até se cobria demais. Não pode fumar, beber, comer, furar a máscara para passar o cigarro. Hoje eu só coloco a máscara na hora de misturar o veneno e depois tiro. Naquela época era mais protegido que hoje, porque usa menos as roupas. A gente vê que não aconteceu nada, por isso protege menos. O veneno só faz mal se hora toma água, come uma fruta, fuma, senão não tem tanto perigo. Na hora que tem vento tem que se cuidar muito. O pó era bem mais ruim, porque o vento levava, hoje é bem melhor, a maioria é líquido e não leva, se passa baixo, acho que não vai ter tanto problema, mais é no alface e na verdura que faz mal (TRENTIN, 2015).

A menção ao perigo do veneno em pó também pode ser observada na fala de Schneider “Naquela época era mais difícil, e era quase tudo veneno em pó, era pior que hoje que é líquido, porque o pó levantava no

³⁷ Campo Demonstrativo Alfa, o maior evento de difusão técnica da Cooperalfa.

ar, se deslocava de lavoura até nas casas de vizinhos, até encrenca de vizinho deu naquela época” (2016). O associado aponta também que “não se enxergava um cristão do outro lado do pó, de tanto pó que a gente jogava no trigo, na soja, em quantidade, para poder matar as lagartas”.

Também o agricultor Luzzi acredita que os agrotóxicos hoje fazem “menos mal do que antigamente, quando tinha aqueles venenos em pó”. Afirma que “Aqueles que aceitam a orientação e fazem a coisa certa dificilmente vão ter contaminação, porque o sistema é seguro, mas tem aqueles que vêm na contramão” (LUZZI, 2015). Fica claro que os associados incorporaram o discurso técnico de que o agrotóxico só faz mal se não usar direito. Esse êxito se devia principalmente a credibilidade da Cooperalfa diante do associado. Na década de 1990, a Cooperalfa ainda era uma das principais fontes de informação que grande parte dos associados tinha acesso e suas orientações eram vistas como confiáveis e de grande utilidade para a melhoria técnica que essa nova forma de fazer agricultura exigia. A maioria acreditava que o recolhimento das embalagens e o uso correto dos produtos era o suficiente para garantir segurança para as pessoas e para a natureza. Poucos argumentam que seu uso poderia fazer mal em algum momento. Seu Athaydes Roza, por exemplo, defende que: “Para muitas pessoas não faz mal. Mas acho que o veneno é que nem o cigarro, dali a anos que ele vai aparecer os efeitos” (ROZA, 2015).

A legislação nos últimos anos, principalmente depois da lei de crimes ambientais de 1998, passou a cobrar de forma mais efetiva o descarte das embalagens de agrotóxicos. Uma das demandas que pressionou uma adequação das condutas em relação aos agroquímicos foi a pressão do mercado externo. Algumas pessoas acreditam inclusive que elas foram mais efetivas na mudança de atitudes do que propriamente de uma tomada de consciência. Para Zanini, “Não tenhamos dúvidas que as pressões internacionais e de mercado ajudaram a criar regras para os agrotóxicos. Mas também foi uma consciência geral, um movimento, se ouvia um falar de um lado, de outro, uma consciência de toda a sociedade” (2015). Defende Zanini que “a legislação de Santa Catarina é um entrave, é difícil para trabalhar, mas em compensação a sociedade agradece, a saúde dos produtores também agradece” (2015).

Numa conjuntura onde o Brasil vem se tornando o maior fornecedor mundial de alimentos e se tornou o maior consumidor

mundial de agrotóxicos, nossa agricultura entrou na mira dos mercados mundiais, cada vez mais preocupados com o abuso no uso de agroquímicos. Segundo a Embrapa, esse vai ser o grande desafio das próximas décadas, caso o Brasil queira continuar liderar o ranking de celeiro mundial. Ao ser solicitado para resumir o que achava ser o papel dos agrotóxicos na agricultura, o coordenador do projeto aqui analisado, aponta que

Não existe nada no mundo que traga somente benefícios. Você beneficia de um lado e prejudica o outro. O agrotóxico era uma arma de guerra, quando acabou a guerra, que vamos fazer com isso? A agricultura nesse ponto veio a ganhar, a somar com o agrotóxico. Claro que tudo tem seu lado ruim. O mau uso, as intoxicações, a eliminação muitas vezes dos competidores naturais das pragas. O grande problema é saber usar, o agrotóxico é que nem ter uma arma na mão: você pode matar um bandido ou você pode matar um inocente. O que tem que saber é usar os produtos de forma consciente e respeitar as carências para que não venham a contaminar quem consome (CASAGRANDA, 2015).

Percebemos nesse depoimento e, em vários outros, uma produtivista, voltada para atender as necessidades do mercado. E essa visão do gerente da área técnica na época, que coordenava o projeto, retrata bem a posição da cooperativa diante do mercado. Como parte dessa redoma mercadológica, onde era um instrumento de desenvolvimento agrícola governamental, ela trabalhava conforme as regras de mercado. Mesmo a preocupação com a saúde dos associados tem a ver com a possibilidade de um futuro esvaziamento do campo, o que já era um problema sério na década de 1990. Sem pessoas no campo, não haveria também cooperativa. Contudo, De Paula defende que não são apenas sociedades capitalistas que tem práticas assim. As práticas exploratórias da natureza são “também decorrência da mentalidade dos povos que ainda não acreditam no esgotamento das reservas naturais não renováveis” (DE PAULA, 1998, p.155). Ainda conforme a autora, apesar da chamada moderna agricultura ter [...] trazido contribuições

consideráveis, trouxe em contrapartida uma infindável soma de problemas sociais e ecológicos (DE PAULA, 1998, p.154).

Aponta de Paula que essa é uma agricultura praticada em todas as partes do mundo, com ou sem regime capitalista. Nos últimos anos temos visto algumas experiências diferenciadas, que buscam rever conceitos herdados da Revolução Verde. Em vários lugares do mundo, a agricultura agroecológica vem ganhando força e as populações passaram a perceber o meio em que vivem com outros olhos: um olhar de interação, e não apenas de exploração intensiva. Mas o caminho é longo, pois a pressão das grandes multinacionais dentro dos governos é forte e seu discurso da tecnologia aliada do combate á fome tem força.

A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (MUMFORD, 1936, p.364, apud MARCUSE, 1999, p.73)³⁸.

Diante das questões aqui analisadas, podemos nos remeter a uma reflexão de Worster que afirma: como historiadores que analisam a relação homem/meio, não importa que tipo de tema vamos escolher como objeto de pesquisa. Necessariamente devemos “[...] enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem que se alimentar sem degradar a fonte básica da vida. Hoje, como sempre, este problema é o desafio fundamental na ecologia humana, e enfrentá-lo demandará conhecer bem a terra – conhecer sua história e seus limites” (2003, p.39).³⁹

³⁸MARCUSE, Herbert. Tecnologia, Guerra e Fascismo. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

³⁹WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol. V - nº 2 – ago/dez. 2002 – V l. 1 - nº 1 jan/jul.2003.